



ATA Nº21

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DE BORBA

REALIZADA NO DIA 03 DE OUTUBRO DE 2012

----- Aos três dias do mês de outubro de dois mil e doze, nesta Cidade de Borba, no Salão Nobre dos Paços do Município de Borba, reuniu, pelas 21 horas, em Sessão Extraordinária, a Assembleia Municipal de Borba, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

**PONTO UM:** Período para intervenção do público

**PONTO DOIS:** Período da ordem do dia

**PONTO DOIS PONTO UM:** Proposta de Adesão ao Programa de Apoios à Economia Local.

**PONTO DOIS PONTO DOIS:** Remessa de Projeto de Regulamento do Mercado Municipal de Borba, para aprovação da Assembleia Municipal, depois de decorrido o período de discussão pública.

----- Tendo presente o nº 1 do artigo 92º da Lei 169/99 de 18 de Setembro lavra-se a presente ata: -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura da sessão e ordenou realizar a chamada, verificando-se a presença dos Membros: Jerónimo João Pereira Cavaco, Carlos Manuel de Almeida Cabral, Benjamim António Ferreira Espiguinha, Maria Filipa Martins de Almeida, António José Moura Proença, Augusto Manuel Bilro Guégues, Nelson Joaquim Gomes Gato, Rogério Manuel Pereira Pécurto, Sérgio João Pécurto Gazimba, Joaquim Manuel Ganito Trincheiras, Francisco José Ramalho Mendes, Carlos Miguel



Armário Ficalho, Joaquim Maria Godinho Veiga, Manuel Filipe Liliu Prates, Celso Miguel Lopes Ramalho, António José Lopes Anselmo, Amélia da Conceição da Silveira Bilro, José António Carapeto Dias, Edgar Manuel Varjola Liliu. -----

Verificou-se a ausência do membro: Maria João Barroso Lopes Cavaco, que justificou a sua falta (cuja justificação se arquiva em pasta anexa como **doc. nº.1**) e foi substituída pelo Senhor Carlos Miguel Armário Ficalho. -----

**PONTO UM:** Período para intervenção do público

**PONTO DOIS:** Período da ordem do dia

**PONTO DOIS PONTO UM:** Proposta de Adesão ao Programa de Apoios à Economia Local.

----- **O presidente da Assembleia Municipal** desejou boa noite a todos os presentes e disse que aquele assunto era de importância extrema para a vida do município. De seguida cedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara. -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** desejou boa noite a todos os presentes e de seguida disse que discordava do nome do programa de Apoio à Economia Local, no que se referia concretamente à Câmara Municipal de Borba. -----

Referiu que aquela sua intervenção era iminentemente política. Seguidamente disse que estavam a assistir ao maior ataque ao poder local desde o 25 de abril de 1974. Ataque esse que era feito às juntas de freguesia, com tentativa do seu desaparecimento, às câmaras municipais, esvaziando-as cada vez mais dos seus poderes e atentando cada vez mais contra a sua existência. Referiu que a lei das finanças locais era, cada vez mais, menos cumprida: as verbas para as autarquias eram cada vez menores. Referiu que aquela situação tinha começado com o governo socialista, salientando que, apesar de ser eleito daquele partido, sempre tinha discordado e continuava a discordar da forma como as autarquias locais, e os autarcas, tinham sido vistos ao longo dos últimos anos. Afirmou que



existia, cada vez mais, um ataque à autonomia das autarquias e, como prova disso, tinham aquele programa, ao qual chamavam de Apoio à Economia. Aquela situação tinha sido planeada, pensada, tinha-se iniciado com a aprovação da lei da limitação de mandatos. Em sua opinião quanto menos experiências os autarcas tivessem melhor, mais facilmente seriam manipulados, levados, enganados e roubados. Nos últimos tempos tinham existido roubos sistemáticos às autarquias em geral e em particular à autarquia de Borba, por as demais razões ali faladas.-----

Afirmou que, além da lei da limitação dos mandatos, existia a lei dos compromissos e dos pagamentos em atras, a lei do número de dirigentes, em que as autarquias estavam privadas de decidir o seu próprio destino, e agora o PAEL (reequilíbrio financeiro). Seguidamente disse que a prova de que tudo aquilo era verdade, tinha sido o que tinha acontecido no Congresso Extraordinário da ANMP, no qual todos os autarcas das diferentes forças políticas tinham discursado da mesma maneira. Afirmou que era inadmissível a ANMP ter assinado memorandos com o governo, vinculando as 308 câmaras, sem lhes pedir qualquer opinião, sem lhes dizer uma palavra. -----

Disse que o objetivo era extinguir os municípios. Tinham começado pelas juntas de freguesia e a seguir seriam os municípios. Disse que o que se devia esperar era que, futuramente, fossem as comunidades intermunicipais a gerirem e a definirem, a serem supercâmaras. -----

Realçou que o que governo pretendia era denegrir a imagem dos autarcas, os quais eram exclusivamente eleitos pelo povo. -----

Afirmou que os municípios, nomeadamente Borba, tinham sido “empurrados”, ao longo dos anos, para fazerem candidaturas ao QREN, muitas vezes com promessas não cumpridas, com contratos programa, para que o QCAIII e o QREN tivessem execução. -----

Salientou que os senhores “tecnocratas” ao serviço do governo é que eram, muitas vezes, os culpados pela não aprovação das candidaturas. -----



Referiu que existiam 3 soluções para resolver aquela situação. Uma através do programa de reequilíbrio financeiro, através do PAEL mais reequilíbrio financeiro ou através do programa de Apoio à Economia Local. Em sua opinião nenhum daqueles programas era bom. No seu entender, e do partido socialista, poderia haver naturalmente outros mecanismos, só que não convinham. No entanto tinham-se esquecido de um pormenor: aquele programa era transversal a todas as câmaras, independentemente das conotações político-partidárias. Referiu que no Congresso da ANMP os autarcas das câmaras do PSD tinham também reclamado sobre a asfixia financeira que sentiam com as medidas implementadas pelo governo. -----

----- **O Chefe de divisão António Passinhas** desejou boa noite a todos os presentes e disse que o Programa de Apoio à Economia Local era um instrumento que tinha sido previsto no âmbito do acordo entre a TROIKA e o governo português, no sentido de diminuir aquilo que eram considerados pagamentos em atraso: dívida vencida há mais de noventa dias. Disse que aquele programa estava dividido em dois subprogramas. O programa I para os municípios que se encontravam em desequilíbrio estrutural e financeiro ou de rotura financeira, e um programa II destinado aos municípios que não estando naquela situação detinham pagamentos em atraso à data de 31 de março de 2012. No programa I tratava-se de um empréstimo bancário a amortizar em 20 anos, no programa II tratava-se de um empréstimo bancário a amortizar em 14 anos. Informou que o município de Borba estava enquadrado no programa I. Aquele programa previa que fosse feita uma previsão da estimativa da receita e da despesa, da evolução da dívida por rubricas principais e que fossem apresentadas medidas com vista a otimizar a receita e a diminuir a despesa. Na linha da maximização da receita, o programa apontava essencialmente para 10 pontos: Fixação nas taxas máximas do imposto municipal sobre imóveis; fixação na taxa máxima da derrama; participação variável no IRS; maximização dos preços no município, através da reapreciação dos tarifários; otimização das taxas cobradas pelo município; aperfeiçoamento



de processos de controlo; venda de património; rendimentos de propriedade e transferências correntes. -----

Ao nível da diminuição da despesa, referiu a racionalização da despesa com pessoal, racionalização com a aquisição de bens e serviços, quer correntes, quer de capital, a redução e a racionalização de despesa com atividades que tivessem impacto direto numa diminuição dos custos de funcionamento, e os subsídios. -----

Referiu que o Plano ali apresentado incidia essencialmente na fixação nas taxas máximas do IMI porque se previa apenas o processo que estava a ser feito entre os municípios e as finanças. Ao nível da avaliação do património era aquilo que já existia, mas com a nova avaliação de património. A manutenção da taxa máxima da derrama com pequenas oscilações que eram valores muito pequenos. Na racionalização das taxas cobradas pelo município, aquele previa, naquele programa, que existiria uma diminuição na receita, atendendo às expectativas do comportamento da economia, nos vinte anos seguintes. Na venda do património, estava previsto vender, durante aqueles vinte anos, todo o património que se encontrava à venda. Ao nível das transferências correntes, estavam previstas diminuições que estavam muito associadas ao facto de, naquele ano, o município estar a coordenar o projeto URBAL III, no qual, obrigatoriamente, como coordenador institucional, tinha a obrigação de receber verbas diretamente da Comissão Europeia e transferi-las para os sócios que executavam os projetos. Ao nível dos rendimentos de propriedade do município as oscilações eram muito pequenas, porque os rendimentos de propriedade do município, mais de 95%, tinham origem na concessão da EDP. -----

Referiu que a nível do aumento da Receita as medidas estavam todas ali apontadas. -----

No que competia à redução da despesa, na racionalização da despesa municipal com pessoal, o município previa, de 2012 para 2013, diminuir quatrocentos mil euros e, de 2013 para a frente, evoluir em função daquilo que fosse a previsão da taxa da inflação e do comportamento do PIB para os anos seguintes. -----



Referiu que aquela redução dos quatrocentos mil euros não tinha nada implícito relativamente a redução do pessoal porque, no ano de 2012, o município tinha inscrito a dívida que tinha para com a ADSE, de 1982 até 2006, e aquela dívida, como tinha tido um valor de incremento de quinhentos e trinta mil euros, o que se estava a prever era que, em 2013, tivessem a mesma despesa com o pessoal que se tinha tido naquele ano, mais cento e trinta mil euros. -----

Na redução da despesa municipal com a aquisição de bens e serviços correntes a diminuição era relativamente pequena, pois seria extremamente difícil diminuir muito mais do que o que já tinha sido feito. -----

Na contenção das transferências correntes e de capital, não existia uma previsão de descida, mas sim um pequeno incremento, dentro de valores perfeitamente razoáveis. -----

Disse que tinham ali 13 mapas e de seguida fez uma pequena abordagem a cada um deles. Referiu que o município de Borba se encontrava no programa I e se encontrava em desequilíbrio estrutural e financeiro, ou em situação de rotura financeira, naquele momento. O município Borba incumpria 3 dos 6 indicadores, no final do ano, com o relatório de gestão. De seguida enunciou os 3 indicadores: O prazo médio de pagamentos superior a 180 dias; as dívidas a fornecedores superiores a 175% das receitas totais do ano anterior; dívida a fornecedores superiores a 50% das receitas totais do ano anterior. -----

Salientou que o município, de 2009 para 2010, tinha tido uma quebra: as receitas totais do ano de 2010 tinham sido 60% das receitas do ano de 2009. Referiu que o ano de 2009 tinha sido o ano de encerramento do QCAIII. Realçou que o município, no ano de 2010, não tinha conseguido acompanhar a quebra da receita verificada em relação ao ano de 2009. -----

Seguidamente fez referência ao montante elegível do PAEL. -----

Referiu que o programa PAEL previa que o montante que poderia ser financiado seriam as dívidas que se encontrassem vencidas no dia 31 de março de 2012, há mais de 90 dias, e que se encontrassem inscritas no sistema de informação da administração local, na DGAL,



e que, àquele valor, seriam feitos 3 abatimentos. O 1º caso correspondia àquilo que já tinha sido pago pelo fundo de regularização municipal e era a DGAL que se substituíra ao município, fazendo a retenção de parte das transferências e efetuando os pagamentos.-----

O segundo caso era aquilo que estava previsto no orçamento de estado e que estava relacionado com a poupança do ano de 2012, gerada pela diminuição dos pagamentos do subsídio de Férias e de Natal: o estado determinava que aquela verba que tinha sido poupada, em despesas com o pessoal, fosse aplicada em liquidação das dívidas a fornecedores que já se encontrassem vencidas no final do ano. Como tal era abatido aquele montante. E a outra parte que também era abatida, era aquilo que estava previsto no orçamento do estado, a redução de 10% da dívida vencida há mais de 90 dias, no dia 30 de março de 2011. Disse que o valor que o município estava a solicitar eram 4.800.000,00€ (quatro milhões e oitocentos e oitenta mil euros). -----

Referiu que a 31 de março de 2012, o município de Borba não tinha inscrita a dívida à ADSE, como dívida em atraso, mas sim com fatura, porque ela não estava inscrita na contabilidade orçamental, só tinha sido inscrita após a sua aprovação na Assembleia Municipal. -----

Referiu que o pedido de adesão ao programa consistia no pedido de um empréstimo superior a 5.400.000,00€ (cinco milhões e quatrocentos mil euros), pelas variações já ali enunciadas. -----

----- **O deputado Benjamim Espiguinha** desejou boa noite a todos os presentes e disse que após 3 anos naquela assembleia, mal seria se as intervenções do senhor presidente surpreendessem o PSD. Referiu que não estava à espera que o senhor Presidente da Câmara numa pequena linha, ou parágrafo do seu discurso, lá colocasse que a Câmara de Borba também tinha culpa naquele assunto. Para o senhor presidente a culpa era toda de fora, do governo, da TROIKA, e a câmara de Borba não tinha culpa nenhuma daquela situação. -----



Recordou ao senhor presidente da câmara que, ao contrário do que ele tinha dito, aquilo tinha mesmo que ver com a TROIKA. O senhor chefe de divisão tinha assumido aquilo mesmo, quando tinha referido que aquilo tinha resultado da TROIKA. Aquele era um dos compromissos que estava no memorando de entendimento, o de reduzir o endividamento. -- Referiu que a questão era se as câmaras o conseguiriam fazer com, ou sem, ajuda. Disse que a Câmara de Borba não tinha conseguido resolver aquele problema sem pedir ajuda àquele programa do governo. Afirmou que a bancada do PSD desde 2009 vinha alertando para aquela questão do endividamento, mas o senhor presidente nunca tinha feito o que a bancada do PSD tinha dito. -----

Referiu que uma outra questão era o município de Borba estar no grupo I. Era um dos 53 municípios que se encontrava naquela situação, situação não muito confortável. -----

Disse ao senhor presidente que a escolha de critérios tinha sido igual para todos os municípios. Referiu que tinha lido os textos de apoio, inclusive a declaração de voto do senhor presidente da câmara, mas que existia ali o problema dos investimentos. Problema já muitas vezes levantado pela bancada do PSD, relativamente à sua funcionalidade e rentabilidade. Perguntou ao senhor presidente se tinha existido algum governante que lhe tivesse apontado uma arma para o obrigar a fazer aqueles investimentos no município de Borba. Perguntou se, para o Pavilhão de Eventos, tinha sido algum membro do governo que tinha escolhido o projeto, os equipamentos, enfim, se tinha tomado aquela decisão relativamente à existência daquele equipamento. E a mesma pergunta fazia em relação à Piscina Coberta, uma obra que não tinha um único painel solar. Perguntou se a culpa daquelas situações seria dos sucessivos governos ou do Presidente da Câmara de Borba. Disse que pensava que não, que ninguém obrigava um presidente da câmara a fazer os investimentos e que quando era tomada a decisão deveriam existir dados concretos, nomeadamente em relação ao financiamento. De seguida perguntou se existia algum





compromisso assumido, como estava referido naquela explicação, relativamente ao financiamento da obra do Pavilhão de Eventos na participação em 70%. -----  
Seguidamente fez referência a uma expressão utilizada pelo senhor Presidente da Câmara: "dívida grossa, não é à economia local". Referiu que a dívida, fosse ela grossa ou não, era dívida e tinha que ser paga. -----

Disse que a Câmara não tinha outra alternativa senão a adesão ao PAEL, no entanto não sabia se aquilo iria resolver a situação em que a mesma se encontrava. Realçou que o que faltava era uma outra mentalidade, uma outra capacidade de gestão. Disse que estava de acordo quando o senhor presidente tinha dito que existia incompetência mas que, segundo a sua opinião, a incompetência não era só dos tecnocratas, como o senhor presidente tinha referido, mas sim do executivo em funções. -----

----- **A deputada Filipa Almeida** desejou boa noite a todos os presentes e disse que aquele tinha sido mais um dia negro para todos os portugueses e para os munícipes de Borba ainda era mais negro. Referiu que talvez fosse coincidência mas as luzes da sua rua, naquele dia, já tinham acendido mais tarde. De seguida leu no documento do PAEL que uma das medidas apresentadas era "reduzir o número de horas em que as luminárias estão acesas...", só que ali referia que era fora do tecido urbano e, segundo parecia, não era bem o que estava a acontecer. -----

Disse que era capaz de subescrever a maior parte das coisas que o senhor presidente tinha dito, no que respeitava aos sucessivos ataques ao poder local. -----Adiantou não saber se, com o tempo, continuariam a existir candidatos para gerirem as câmaras municipais. Acrescentou que em Borba iria ser difícil, porque os 20 anos seguintes iriam ser complicados. -----

Afirmou que não estava de acordo quando o senhor presidente tinha dito que "para Borba, tinham tentado trazer sempre o melhor". Referiu que o senhor presidente tinha "ido na conversa" dos dirigentes nacionais, dos ministros, dos membros do governo, que faziam



promessas de financiamentos altos e depois tinha-se verificado na prática que não era assim, não tinha olhado para os documentos. -----

--Seguidamente fez referência aos equipamentos sociais do concelho que a Câmara de Borba tinha construído ou recuperado, que possuía, salientando uma medida proposta no documento do PAEL, segundo a qual o cineteatro passaria a ter uma sessão de cinema mensal. Disse que em a sua opinião, caso se viesse a concretizar aquela proposta, não tina valido a pena ter recuperado aquele equipamento, atendendo ao investimento realizado. ---- Disse que já estavam à espera que aquela proposta de adesão ao PAEL fosse à assembleia municipal mas que, naturalmente, não iria contar com a aprovação dos eleitos da CDU. Realçou que nem todos os municípios do país estavam naquela situação, de recorrer à adesão ao programa do PAEL. Referiu que até àquela data, no distrito de Évora, quem tinha aderido tinham sido Estremoz e Évora. Referiu que o senhor Presidente da Câmara tinha reconhecido que aquela solução era má. -----

De seguida disse que o município ficaria com uma série de limitações na sua atividade corrente, diária, de investimento, durante 20 anos. Seria uma situação má para os trabalhadores da câmara porque as regras do programa obrigavam à contenção e redução de despesas com pessoal. Aquilo era uma imposição da TROIKA a todos os munícipes, porque as taxas (IMI, Derrama) e tarifas (água e saneamento) iriam aumentar de acordo com as regras escritas naquele documento. A reavaliação dos prédios iria subir o valor do IMI a pagar. -----

Os 20 anos seguintes iriam ser muito difíceis também para todas as coletividades e associações do concelho. Disse que se estava a hipotecar o futuro do concelho. Salientou que a utilização dada aos equipamentos feitos nem sempre tinha acompanhado o investimento realizado. -----

Realçou o voto contra dos eleitos da CDU, relativamente à proposta apresentada, assim como os dos eleitos do PS, em câmaras onde o PS não tinha a maioria. -----



----- **O deputado Carlos Cabral** desejou boa noite a todos os presentes e disse que em democracia havia sempre alternativas, existiam sempre possibilidades de se fazerem caminhos diferentes, de grandes mudanças e grandes transformações. Referiu que quando era assinado um contrato para 20 anos naquela situação em que o seu querido Portugal e a Europa se encontravam, seria previsível que as transformações fossem extremamente rápidas. -----

Salientou que o PAEL tinha consequências sobre a autonomia dos municípios, acarretava uma menorização do Poder Local, continha uma tentativa de transformar o que era o autogoverno das populações, dos concelhos, as independências do estado central, face à situação que era vivida por todos os portugueses. -----

Referiu que Portugal vivia uma situação extremamente interessante e ao mesmo tempo extremamente complexa. -----

Disse que o PAEL representava os dados macroeconómicos tirados do orçamento de abril de 2012, tendo havido depois um orçamento retificativo em maio de 2012 e uma revisão em 11 setembro de 2012, feita pelo senhor ministro das finanças. Salientou que o quadro macroeconómico ali presente estava errado porque tinha uma taxa de execução de 0,6 e já se sabia que iria ser de menos um. De seguida fez referência a alguns números do orçamento, acrescentando que aquilo era o exemplo de competência em matéria de previsão económica em Portugal. -----

Disse que as previsões do governo, relativamente às receitas adquiridas através dos diferentes impostos, conseguiam estar erradas de 3 em 3 meses, o que originava depois a subida dos impostos sobre a classe média como, por exemplo, o aumento médio nas taxas do IRS de 34,5%, para o ano de 2013, o que provocaria não uma recessão de 1%, como estava previsto, mas sim um aprofundamento d recessão para 3%, no referido ano. Realçou que estava a falar das previsões feitas pelo governo em funções e do orçamento por ele construído. -----



Segundo a visão ideológica desse governo, na economia nacional as pessoas concretas eram números que eles manuseavam conforme lhes convinha. -----

Disse ao senhor chefe de divisão que aquele quadro económico já nada tinha a ver com a realidade, no entanto, entendia que o tivesse que meter ali, porque ele tinha os números do orçamento. -----

Disse que ao longo dos anos tinha pedido, ali naquela assembleia, que fosse discutida a questão do pequeno território do interior, de 7333 pessoas, do concelho de Borba. Referiu que o concelho estava a perder a densidade populacional, a qual era a maior do Alentejo. --- Seguidamente enunciou alguns fatores que condicionavam o desenvolvimento da riqueza nos territórios do interior. -----

Referiu que o PAEL tinha consequências económicas para o concelho de Borba. A maior consequência seria ao nível do pagamento das tarifas da água e do lixo. O IMI não dependia do PAEL, mas sim de uma lei que não tinha sido aplicada em 2003 e cuja aplicação a TROIKA tinha imposto. Salientou que, tanto no IMI como na DERRAMA, o concelho de Borba praticava a taxa máxima. -----

Relativamente às águas, disse que existia um desequilíbrio profundo entre a água que saía em alta e a água que a câmara recebia em baixa. Existia um desequilíbrio no valor de 700.000,00€ (setecentos mil euros) por ano, pagando-se à Águas do Centro Alentejo 1.500.000,00€ (um milhão e quinhentos mil euros) e recebendo dos munícipes cerca de 800.000,00€ (oitocentos mil euros). A diferença dever-se-ia a duas questões fundamentais: à perda de água na rede da baixa e ao uso completamente irracional da água tradicionalmente feito pelos munícipes de Borba (lavagem de ruas com água tratada). -----

Relativamente ao PAEL disse que era sua opinião que talvez fosse mais rentável negociar as taxas de juro, mas que existiam outras questões. -----

Disse que por todo o país estavam a fechar teatros e cineteatros, aquilo era uma questão de memória colectiva, de cultura. No que respeitava ao cineteatro de Borba, ele estava lá,



arranjado, independentemente de existir uma ou mais sessões de cinema mensalmente. Eram questões que tinham que ver com a própria identidade cultural das comunidades. Disse que estava de acordo com a deputada Filipa relativamente aos projetos culturais que educassem as pessoas, desde novas, a terem acesso à cultura, referindo que o cineteatro poderia ser aproveitado para escritores lançarem ou falarem sobre os seus livros, músicos apresentarem os seus trabalhos. Poderia ser um espaço aproveitado para fins culturais. ---- Realçou que quando se analisavam questões como aquela que estavam ali a discutir, havia sempre culpas externas, internas, pensamentos diferentes. Lembrou ali a sua opinião aquando da construção da Piscina Coberta, recordando que a sua intervenção tinha sido contra a construção daquele equipamento em Borba. Seguidamente contou a história da Piscina Coberta de Mora, a qual estava a ser explorada por um grupo particular, porque a sua manutenção era tão cara que a câmara municipal tinha decidido arrendá-la. ----- Perguntou por que é que o senhor ministro das finanças não tinha reestruturado toda a dívida portuguesa, mas sim uma parte, acrescentando que a dívida portuguesa nunca seria paga. ----- Disse que se as pessoas pensassem um pouco veriam que se estava perto do fim, pois não existia grupo nenhum que suportasse o governo em funções.----- Referiu que o FMI tinha dito que a questão da dívida pública “era uma maratona, não era um sprint, em que se tinham que aliviar as questões”. ----- Terminou a sua intervenção dizendo “que as mudanças iriam ser extremamente rápidas e, eles, lá estariam vivos para as acompanhar e viver, mas sempre com alguma independência de espírito, com alguma cabeça de reflexão sobre aquelas questões e não com severíssimos idiotas, sobre tudo aquilo”. -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** disse que quando tinha estado do outro lado, do lado dos senhores deputados, na oposição, tinha feito algumas intervenções que, depois de ter passado para o lado onde se encontrava naquele momento, achava que tinham algum



elevado grau de idiotice. Afirmou que quando se estava em determinado tipo de posição, por vezes inconscientemente, se faziam afirmações típicas de quem não fazia a mínima ideia daquilo de que estava a falar. Acrescentou que aquilo não era estar a passar nenhum atestado de incompetência. Disse ao senhor deputado Benjamim que, provavelmente, não tinha lido o memorando da TROIKA. No memorando da TROIKA não constava nenhuma verba para o resgate das autarquias, porque o peso das dívidas das autarquias, no chamado deficit, era de 4%. Tinha sido o governo que tinha tentado corrigir aquilo com o roubo que tinha feito às autarquias dos tais mil milhões de euros da não aplicação da Lei das Finanças Locais. -----

Disse que os critérios tinham sido definidos para todos os municípios e tinham sido feitos de acordo com as diretrizes dadas pelo governo. Seguidamente referiu que havia membros do PSD que diziam que membros daquele partido, enquanto eleitos de autarquias, tinham uma postura e, quando integravam o governo, assumiam outra. Exemplificou com os nomes de Ribalto Esteves e Fernando Seara, mencionados no congresso da ANMP. -----

Afirmou que os critérios tinham sempre que ver com os interesses e aqueles tinham tido sempre a intenção de asfixiar financeiramente as autarquias. -----

Quanto aos investimentos feitos em Borba, afirmou que era óbvio que nenhum governante apontava uma arma ao presidente da câmara de Borba para que ele os executasse. Acrescentou ao deputado Benjamim que a negociação do Pavilhão de Eventos não tinha sido feita com nenhum membro do PS, mas sim com um membro do PSD, o Dr. Transmontano, presidente da CCDR, que tinha garantido 70% e até ia a 90% com um contrato programa. Disse que existiam documentos, que tinham sido enviados para a DGAL e que posteriormente, com o governo do partido socialista, tinha dito que não havia verba para aquele financiamento. -----

Salientou que tinham sido os tecnocratas, que diziam que eram técnicos e que não eram políticos, mas que mandavam mais que os políticos. Disse pensar ser ainda possível ir



buscar dinheiros que lhe tinham “roubado”, do investimento do Pavilhão de Eventos. -----  
Relativamente aos painéis solares disse que o projeto da Piscina Municipal Coberta tinha sido o primeiro projeto que a câmara municipal tinha encomendado e que, aquando da sua aprovação, não pôde ser alterado. Referiu que estavam a fazer uma candidatura para a colocação dos painéis solares. Salientou que existiam já as infraestruturas, as quais tinham sido feitas aquando da construção da Piscina Coberta, já a prever a necessidade de colocação de painéis solares. -----

Disse que não se devia mais que o mês de setembro aos fornecedores locais da câmara. A dívida que existia era aos bancos, às Águas do Centro Alentejo, à AMDE. Disse não ter conhecimento de que ficasse alguma coisa fora do PAEL. O conhecimento que tinha era que os municípios que integrassem o primeiro grupo iriam ter o apoio total e que os que ficassem no segundo grupo talvez ficassem numa situação mais grave. -----

Disse ao senhor deputado Benjamim que não se tratava de nenhuma incompetência, tratava-se, isso sim, do contrário, pois estavam conscientes de que aquela era a forma que tinham encontrado para minorar o problema, para resolver o problema da dívida. Era preferível pagar os juros da dívida mais baixos e liquidar completamente todas as dívidas, do que ir ao banco e aquele não ter dinheiro para emprestar, ou emprestar, mas com juros de 8%. -----

Disse que não haveria mais orçamentos inflacionados e que dívidas escondidas nunca tinham havido. Referiu que a dívida à ADSE já se encontrava na câmara quando ele tinha chegado ao executivo, a qual só tinha descoberto em 2006. Afirmou ter dúvidas quanto ao pagamento (liquidação) daquela dívida. -----

Relativamente às luzes, disse à senhora deputada Filipa Almeida que o que estava combinado com a EDP era a substituição das células foto elétricas, para evitar que as luzes acendessem quando ficava um pouco mais escuro, durante o dia. Estavam a ser colocados relógios solares para que a iluminação acendesse toda à mesma hora. Naquele momento



aquilo ainda não estava acontecer porque nem todos os PT tinham relógios solares. O que estava combinado com a EDP era que, meia hora depois do sol se pôr, as luzes acendessem e, de manhã, desligassem uma hora antes de o sol nascer. -----

Salientou que o valor pago em eletricidade pela câmara de Borba, até ao mês de junho daquele ano, tinha sido igual ao valor pago no ano anterior, durante todo o ano. -----

Disse que era uma pessoa de palavra e que não tinha ido na conversa de ninguém. Aquilo que era combinado com ele passava a fazer lei. A conversa de darem o dito por não dito é que denegria a conversa dos políticos. Reafirmou que existiam provas de acordos feitos para aqueles financiamentos. Exemplificou com o caso dos créditos excecionados, dos quais a câmara de Borba tinha direito a 2 milhões de euros, mas o governo só lhe tinha dado um porque não tinha mais verba. -----

Relativamente ao PAEL grupo I, disse que a informação que tinha era que tinha sido aprovado em Estremoz e Reguengos. Acrescentou que aos municípios que estivessem na mesma situação que a câmara de Borba e que não tivessem aderido decerto que o governo iria impor que o fizessem. Os municípios que não recorressem ao PAEL poderiam pagar os juros a 8% em vez de os pagarem a 3,30%. Disse que o PAEL não se refletia nas transferências para as autarquias, na redução dos trabalhadores, na tarifa da água e do lixo pelo valor máximo. O que o PAEL obrigava era a uma tarifa progressiva. -----

Disse que havia eleitos da CDU, em algumas câmaras, que votavam a favor do programa do PAEL. Disse que o programa do PAEL trazia consequências gravíssimas para a autonomia das autarquias. Salientou a sua preocupação com as perdas de água. Disse que tinham um plano para verificarem quais as zonas onde poderiam existir mais fugas, para as tentarem reduzir. Se conseguissem reduzir essas fugas, com o valor recuperado poderiam pagar a prestação do PAEL. Disse que era inadmissível que as câmaras onde não havia ETAR`S, onde a água era de má qualidade, onde não havia análises feitas, não fossem penalizadas por aquele facto. -----





Afirmou que, se o governo tinha definido parâmetros para o PAEL, também deveria definir parâmetros para aquela questão da água. Doesse alguém doesse todos deveriam ter tratamento igual. Disse que, independentemente do PAEL, tinha que existir um tarifário do ERSAR para todas as câmaras.-----

----- **O deputado Benjamim Espiguinha** disse que depois de ter ouvido com atenção o que o senhor presidente tinha dito noutras assembleias: que, segundo ele, nem o PSD, nem a CDU, iriam assumir os destinos da autarquia nos próximos anos, por isso ele, presidente, podia ficar descansado, pois ficava com mais alguma margem de manobra para ir dizendo mais algumas idiotices. -----

Referiu que queria esclarecer uns pontos. Disse ao senhor presidente que o que tinha dito tinha sido que "...existia um objetivo de diminuição da dívida", não tinha dito que no memorando estava lá escrito que iria ser feito um resgate. O objetivo era de diminuição de dívida. -----

Afirmou que no distrito de Évora existiam municípios que tinham obra feita e que não tinham dívida, tinham as contas equilibradas, não se encontravam na situação da câmara de Borba. Afirmou que aquilo era uma realidade. Disse ao senhor presidente que existiam diferenças na forma como era gerida uma autarquia. -----

Relativamente ao Pavilhão de Eventos disse que tinha falado na questão do financiamento e no projeto em si. Se naquele local não teria sido possível fazer um projeto que servisse melhor os interesses para os quais tinha sido construído. -----

Em relação às Piscinas Cobertas perguntou se tinha havido algum estudo feito para a sua viabilidade. Pediu ao senhor presidente da Assembleia que, caso tivesse havido, lho fizesse chegar. Disse que gostava de perceber qual tinha sido a previsão de funcionamento, a nível financeiro, daquele equipamento. -----

Disse ao senhor presidente da câmara que, quando tinha falado em dívida, não se tinha referido só à economia local, pois tudo era dívida, fosse ela à economia local ou a outra



qualquer economia, e teria que ser paga. -----

----- **O deputado Sérgio Gazimba** desejou boa noite a todos os presentes e pediu ao senhor vereador Joaquim Serra que falasse sobre a declaração de voto que tinha sido apresentada pela CDU, e quais os motivos porque o tinha feito. -----

Salientou que a mudança tinha sido sempre para pior e que, dali a 20 anos, decerto não haveria ninguém para pagar a dívida, mas como a dívida também não era para pagar, tinham entrado num ciclo onde nada se entendia. -----

----- **O deputado Nelson Gato** desejou boa noite a todos os presentes e seguidamente disse que queria expor algumas dúvidas que lhe tinham surgido aquando da leitura daqueles documentos. Perguntou se existia, ou não, a garantia de que, com a inclusão daqueles quinhentos e tal mil euros, a dívida da ADSE viesse, ou não, a ser considerada, porque a legislação falava na data de 31 de março e tinha existido o percalço de não estar registada. O quadro VI referia que a dívida total, em 31/03/2012, era de 5.561.000,00€ (cinco milhões, quinhentos e sessenta e um mil euros) mas, se lhe fosse retirado o valor elegível, sobravam 658.000,00€ (seiscentos e cinquenta e oito mil euros), mais alguns compromissos já assumidos para aquele ano. Estava-se a falar de 1.800.000,00€ (um milhão e oitocentos mil euros), dos quais 602.000,00€ (seiscentos e dois mil euros), segundo a sua análise, já estavam vencidos havia mais de noventa dias. Perguntou qual era previsão de pagamento daquele valor. -----

Relativamente às poupanças com a despesa com o pessoal afirmou que, entre o ano de 2009 e o ano de 2012 se tinham diminuído 300.000,00€ (trezentos mil euros), naquela rubrica, sendo a diminuição dos funcionários quase de uma centena (...) -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** (interrompendo) ... disse ao deputado Sérgio Gazimba para não se ausentar da sala, senão ficavam sem quórum. -----

----- **O deputado Nelson Gato** (continuando) ... perguntou se não seria muito ambiciosa aquela redução de valores, não estando prevista a redução de funcionários. -----



Salientou a veia otimista do senhor presidente no que respeitava à venda do património da câmara, numa altura em que a economia não estava a responder. Referiu que tinham curiosidade em saber qual era a opinião dos senhores presidentes de Junta relativamente àquele assunto, visto serem eles os principais visados naqueles cortes. Qual seria o seu sentido de voto relativamente àquele documento. -----

Relativamente às previsões, disse à bancada do PS não ter tido conhecimento de que tivessem sido os membros do governo a fazer as previsões para a câmara de Borba, e os números eram o que eram. -----

Referiu que tinha gostado muito de ouvir a intervenção do PS sobre a dívida externa do país e que talvez fosse uma intervenção muito útil na Assembleia da República. -----

----- **O senhor Vereador Joaquim Serra** desejou boa noite a todos os presentes e disse que quem tinha ouvido falar o senhor presidente não o levava preso, só que depois de falar era preciso, passar à prática. -----

Disse que muitos municípios nem chegariam a saber o que era o PAEL, o programa que estava ali a ser discutido. Afirmou que se estava a discutir ali o programa PAEL porque existiam problemas locais, internos, para resolver, os quais tinham sido criados no município de Borba por uma gestão que não tinha sido devidamente acautelada. Disse que existiam municípios em que a lei que tinha saído não era aplicada, mas que existiam outros em que tinha que ser aplicada, que era o caso de Borba. Referiu que existiam municípios em que era quase obrigatório ser aplicado o PAEL, que era o caso dos municípios que estavam no Grupo I. A diferença de estar no Grupo I ou no Grupo II, era muito grande. Disse que quem estava no Grupo I era quase como dizer “que tinham a cabeça no cepo e a guilhotina já vinha a caminho” os outros podiam ter “ a cabeça no cepo mas ainda podiam recuar”, só iriam ao PAEL se quisessem porque tinham outras soluções. Referiu que os que estavam no grupo II tinham dívidas superiores a 90 dias, mas não tinham desequilíbrio estrutural, ainda lhes era reconhecida capacidade para pagar as dívidas. Acrescentou que



ao município de Borba já não lhe era reconhecida a capacidade para resolver aquele problema sozinho, o que fazia com que precisasse de uma outra intervenção externa. Salientou que o município de Borba só precisava daquela intervenção porque a gestão local não tinha sido devidamente acautelada. Realçou que tinham havido muitos avisos sobre aquele aspeto, sobre a forma como se deviam ter comportado. -----

Referiu que percebia aquela questão, que tinha havido promessas que depois não tinham sido cumpridas, mas a câmara tinha feito candidaturas, as quais tinham sempre uma componente de dinheiro do município e a câmara não tinha somado os valores daquelas componentes, e os valores eram muito superiores à capacidade que a câmara tinha de as poder pagar. -----

Realçou que já havia muito tempo que a câmara tinha chegado à situação de desequilíbrio estrutural. Informou que já havia muito tempo que vinha alertando para a dívida galopante da câmara. -----

Disse que o município de Borba tinha sido forçado a entrar naquele programa. O quadro macroeconómico que estava no PAEL de Borba tinha sido aquele que o técnico da câmara de Borba tinha pensado e preparado. Não lhe tinha sido imposto. As previsões que estavam ali mencionadas tinham sido preparadas e definidas pelo técnico da câmara. -----

Disse que aqueles mapas tinham grandes condicionantes. De seguida referiu que faltava preencher alguns dados. Exemplificando, disse que não estavam preenchidos nos mapas quadros como: "Quais são os impactos que o PAEL tem na população de Borba", " Como é que os tarifários da água vão evoluir", "O que é que as pessoas de Borba vão pagar de água depois do PAEL". "Quanto é que as pessoas vão pagar de IMI, após a avaliação", disse que também não estavam ali mencionados os valores. -----

Referiu que existiam já 1500 prédios avaliados e que se esses prédios estivessem balizados com os 75 euros, já teriam ali mais 75 mil euros de receita, que não estava ali incrementada. -----



Segundo os documentos apresentados, a partir do 10º ano deveriam existir muitos candidatos à câmara de Borba, porque ela começava a dar um milhão de euros de saldo. Mas o plano mantinha o investimento fixo de setecentos e cinquenta mil euros ao ano. Realçou que a câmara deveria ter tido um maior cuidado na elaboração daquele PAEL, ele deveria servir como um instrumento. -----

Afirmou que a aprovação daquele programa iria alienar a capacidade do município e as suas competências e que aquilo, politicamente, era muito importante. Tanto o IMI, como a DERRAMA, eram instrumentos fiscais que tinham o peso que tinham na economia local, mas estava-se a abdicar deles, estava-se a alienar aquela competência. -----

Chamou a atenção para o financiamento dos 5.500.000,00€ (cinco milhões e quinhentos mil euros), aos quais o município se ia candidatar e, seguidamente, enumerou uma série de encargos que a câmara tinha ainda para pagar, sendo um deles às Águas do Centro Alentejo. A câmara tinha ficado com a receita recebida dos munícipes referente ao pagamento das tarifas de saneamento e da água, para pagar a outras empresas, e não tinha pago ao seu fornecedor. Referiu que o valor a pagar era de seiscentos e tal mil euros. Acrescentou que já se tinha esgotado o empréstimo e que iria haver penalizações, porque não se tinha baixado o endividamento. Reafirmou que a situação financeira em que a câmara se encontrava se devia a uma má gestão, a erros de gestão, e esses pagavam-se caros, e não era o presidente que os pagava, era a população borbense. -----

Relativamente às Águas do Centro Alentejo explicou que a situação estava assim, devido aos tarifários, à sua evolução. Disse que na altura tinha chamado atenção não só para o plano de financiamento, mas também para a evolução dos tarifários, mas a câmara de Borba não tinha aplicado os tarifários que estavam previstos no plano de financiamento, tinha ficado por montantes mais baixos. Não tinham subido a água gradualmente, todos os anos, como previa o plano. Acrescentou que quando fosse aplicado o tarifário, mesmo o mínimo, seria o dobro do que era praticado naquele momento. -----



Outra questão tinha sido a adesão à empresa EDC-Mármore. Referiu que a CDU tinha dito para pedirem um estudo de viabilidade, para saberem se valia a pena fazerem o investimento. Não tinha sido feito esse estudo e tinha-se seguido com o projeto para a frente. Tinham-se feito muitos investimentos em estradas, acessos, que estavam agora abandonados. -----

Salientou que tinham sido investimentos como aqueles que tinham originado o desequilíbrio financeiro da câmara de Borba. -----

Segundo ele, o que o senhor presidente queria de melhor para Borba, durante os 20 anos seguintes, era: "IMI - taxas máximas; DERRAMA - taxas máximas; IRS - valores máximos; taxas cada vez mais caras; águas - tarifários mais caros. -----

Lembrou que a situação das Águas do Centro Alentejo deveria ser discutida novamente pois tinha a ver com a vida daquela câmara. Aquela empresa já tinha arruinado a Câmara de Évora. Disse que aquilo tinha sido uma teimosia do Sócrates, para meter as águas de Portugal naquele sistema, e naquele momento tinha-se o que ali estava. -----

----- **O deputado António Anselmo** desejou boa noite a todos e disse que era preocupante o que ali estavam a ouvir. Demonstrou a sua preocupação pelos setores mais desfavorecidos do município, pelo aumento dos impostos. Referiu que quem mandava, bem ou mal, assumia sempre todas as responsabilidades daquilo que defendia. -----

Perguntou se havia alguma coisa prevista para atenuar aquele impacto, que seria muito violento para algumas pessoas, no que respeitava às consequências do PAEL. Disse que talvez na parte técnica tivesse corrido alguma coisa mal mas que, estavam ali para assumir, caso fosse esse o caso. -----

Terminou a sua intervenção dizendo que iria votar a favor daquele programa, porque entendia que era o melhor para Borba, naquele momento. -----

----- **O Presidente da Assembleia Municipal** disse que tinham passado duas horas e dez minutos desde o início da sessão e, por isso, propunha que se fizesse um intervalo e depois



prosseguissem com as intervenções, referindo que ele próprio também gostaria de intervir relativamente àquele ponto do PAEL. -----

----- **O Presidente da Câmara** (interrompendo) .... disse que a intervenção ficaria prejudicada se se partisse, naquele momento, a resposta a meio. Sugeriu que ele pudesse responder a algumas questões que lhe tinham sido colocadas e, posteriormente, fariam então o intervalo -----

----- **O Presidente da Assembleia Municipal** (Continuando) ... disse que, após a intervenção do senhor presidente, fariam um intervalo e deixariam mais algumas intervenções que existissem e a votação, para depois do intervalo. -----

----- **O Presidente da Câmara** disse ao deputado Benjamim que o que tinha dito tinha sido que, quando tinha estado do outro lado, tinha feito algumas perguntas que ele considerava com alguma percentagem de idiotice, não tinha dito que alguém que estivesse, naquele momento, do outro lado, o tivesse feito. Referiu que a carapuça só servia a quem a enfiava. Salientou que se tinha referido a ele, presidente, quando tinha estado do lado dos membros da assembleia. -----

Disse que, muitas vezes, os municípios terem obras feitas e não terem dívida, não tinha que ver com a gestão, mas sim com outras coisas, com os tais técnicos que não eram políticos, que numas determinadas câmaras aprovavam determinado tipo de projetos e noutras não.--

Disse que o problema da câmara de Borba tinha sido o investimento ter sido muito concentrado, porque as candidaturas que tinham sido apresentadas tinham sido adiadas de tal forma, pelos tais técnicos, que depois tinham sido todas aprovadas ao mesmo tempo, o que tinha originado aquela situação. -----

Relativamente ao Projeto do Pavilhão de Eventos, disse que não era arquiteto nem engenheiro e acrescentou que não se manifestava, tecnicamente, sobre nenhum projeto. Quanto ao estudo de viabilidade económica do projeto, disse que os estudos daquela natureza eram manipulados. -----



Relativamente à intervenção do senhor vereador Serra disse que não iria transformar aquela sessão da assembleia municipal numa reunião de câmara. Referiu que os pagamentos às Aguas do Centro Alentejo estavam a ser feitos, embora não estivesse tudo liquidado. Disse que se o PAEL não fosse aprovado existiam outras formas de negociar e regularizar a dívida à ADSE.-----

Disse que, relativamente à intervenção da deputada Filipa e do senhor vereador Serra, enquanto os ouvia tinha escrito: "profetas da desgraça". Esperava que tudo o que acontecesse fosse o contrário do que tinha sido dito. Disse que ali também existiam planos de reajustamento. -----

Referiu que aquele Plano a 20 anos talvez até tivesse sido benéfico não ter investimentos muito elevados, porque se tivessem receitas elevada seria maravilhoso, mais não queriam estar a condicionar as futuras câmaras do PS. -----

Relativamente às tarifas da água referiu que teriam que discutir a adesão às Águas Públicas do Alentejo. Realçou que as Águas Públicas do Alentejo eram uma farsa. Disse que todas as câmaras da CDU integravam aquela entidade. Referiu que os tarifários daquela entidade eram piores que os dos sistemas multimunicipais. Salientou que era uma vergonha o que se passava naqueles concelhos onde existia aquele sistema. Realçou que sabia muito bem como tinha sido feito aquele negócio. Relativamente ao investimento da EDC-Mármorez perguntou se passava pela cabeça de alguém que um investimento daqueles não tivesse por detrás estudos de viabilidade económica. Referiu ao senhor vereador que não tinha tido um, mas sim 3 estudos de viabilidade económica e tinha sido dito ali. O que tinha acontecido tinha sido que aqueles estudos tinham previsto determinados tipos de obra que não se tinham concretizado. -----

----- **O Presidente da Assembleia Municipal** (interrompendo) ... disse ao senhor vereador Joaquim Serra que não podiam transformar a assembleia municipal extraordinária numa reunião de câmara. Agradecia que aquela discussão que estava a ser mantida pelos dois,





de forma acesa, fosse feita no sítio certo, que seria numa reunião de câmara. -----

----- **O Presidente da Câmara** (continuando) ... disse que, no que respeitava aos números, o senhor chefe de divisão poderia responder ao senhor deputado Nelson Gato. Relativamente à sua veia otimista, no que dizia respeito à venda do património do município, disse que gostaria de confiar na animação do governo em termos de economia, no dinheiro que eles diziam que iriam injetar na economia. Disse ao senhor deputado Nelson que aquele joguinho de bastidores políticos, ele já o conhecia. Reafirmou que não era verdade que fossem fazer cortes às Juntas de Freguesia. -----

----- **O Presidente da Assembleia Municipal** disse que tinha pensado não fazer nenhum comentário no decorrer da discussão do ponto, visto pensar ler, no fim uma declaração de voto, que era da mesa daquela assembleia e de alguns eleitos do PS. Seguidamente fez alusão a 3 ou 4 pontos que ele achava importantes. O que estavam ali a discutir, naquele dia, era mais que um programa de auxílio financeiro, de resgate. Disse que a título pessoal achava que era uma imposição que roçava os limites da constitucionalidade, em muitos pontos. No entanto, atendendo à situação do país, da câmara municipal de Borba, e embora existissem sempre alternativas, aquela parecia-lhe ser uma boa solução.-----

Afirmou que naquele dia gostaria de ser da oposição porque, de facto, era o caminho mais fácil: criticar as decisões, dizer que o que tinha sido feito não estava bem feito, que tinha havido má gestão. -----

Referiu que não tinha dúvidas que iria haver candidatos à câmara municipal de Borba, nos próximos anos, e decerto iriam encontrar a câmara municipal com uma situação financeira diferente da daquele momento. Disse que, independentemente de tudo o que estava subjacente ao PAEL e com o qual, na sua génese, ele não concordava, a câmara iria apresentar, ainda que com níveis de autonomia relativizados, uma situação financeira diferente da que estavam ali a discutir. Informou que aquele Programa (PAEL) iria ser supervisionado por uma entidade externa que, em conjunto com o município, nos próximos



anos, iria gerir a atividade do município. -----

Disse que não duvidava que aquilo que estava ali a ser discutido tinha que ser discutido numa ótica daquilo que poderia ser feito. Salientou que todos os investimentos feitos pelo executivo nos últimos 11 anos tinham sido suportados por uma maioria, que estava presente naquela sala, e a qual estaria sempre do seu lado. Maioria essa que era aberta à discussão, que explorava os seus pontos de vista, mas que assumia as suas responsabilidades. E assumir as suas responsabilidades era explicar a todos os munícipes o que tinha sido feito, o que estava feito e por que é que estavam a decidir a adesão àquele programa. Não era abandonar, simplesmente, como já tinha acontecido no passado. -----

Reafirmou que a maioria que suportava os destinos daquela câmara desde de 2001, era suportada, coesa, unida, naquilo que era a decisão de julgar o melhor destino para o concelho de Borba. -----

Disse que no fim iria ler a declaração de voto, para que ficasse escrita, a sua posição. Realçou que as autarquias tinham chegado onde tinham chegado, porque não era cumprida a lei da Finanças Locais. Disse que as autarquias representavam 4% do total da dívida pública externa portuguesa. -----

Realçou que *"...a máquina do estado era, pura e simplesmente um cilindro compressor, naquela altura, não era um TSUNAMI, era mais que isso, era levar ao limite, ao extremo, aquilo que era a capacidade total de cada um, enquanto cidadão"*. -----

Seguidamente explanou a sua opinião relativamente ao mencionado. -----

Terminou a sua intervenção com a seguinte frase; **"eu sou daqueles que continuo a preferir ter um agradável vício, do que uma virtude escrava para o resto da minha vida"**. O seu agradável vício, naquele momento, era contribuir de forma decisiva para que todos pudessem ter um futuro melhor no amanhã, ali ou noutro sítio. -----

Não havendo mais inscritos, passou à votação do ponto 2.1 da ordem de trabalhos e explicou que iriam votar de acordo com o previsto na lei nº 43/2012 de 28 de agosto, artigo



7º n.º.2, que passou a ler: “a deliberação da assembleia municipal deve incluir a autorização expressa para a contratação de um empréstimo de médio e longo prazo, até a um limite máximo dos pagamentos em atraso constantes da lista dos pagamentos que integram o referido plano”. Disse que iriam votar o Plano de Equilíbrio Financeiro, porque a proposta de adesão ao PAEL era da exclusiva responsabilidade do município. -----

----- **O deputado Nelson Gato** disse que o art.º.7 referia que o Plano era aprovado pela assembleia municipal e naquela aprovação é que deveria ficar devidamente expressa essa autorização. -----

Disse que na minuta da deliberação é que teria que constar aquela autorização. -----

----- **O Presidente da Assembleia Municipal** disse que na minuta constaria que a Assembleia Municipal de Borba tinha aprovado, ou não, o Plano de ajustamento financeiro que constava da proposta de adesão que dava apoio local e autorizava, ou não, a contratação de um empréstimo de médio e longo prazo, até um limite máximo dos pagamentos em atraso constantes da lista dos pagamentos que integravam o referido plano, de acordo com o disposto no n.º.2 do art.º 7 da lei 43/2012. -----

Não havendo mais inscrições colocou os documentos à votação, tendo os mesmos sido aprovados por maioria, com **13 votos a favor** (dos eleitos do PS), **3 votos contra** (dos eleitos da CDU) e **3 abstenções** (dos eleitos do PSD) -----

Foram apresentadas 3 declarações de voto. -----

Uma pelos eleitos do PSD, (**que se arquivava em pasta anexa como documento n.º2**). -----

*“O Grupo Municipal do PSD considera muito preocupante a situação financeira da Câmara de Borba. De resto, temos vindo a alertar para essa situação desde o início deste mandato, mas, as nossas recomendações têm sido sistematicamente ignoradas por parte do Partido Socialista. -----*

*Lamentavelmente, esta proposta de adesão vem dar razão à nossa preocupação! Os sucessivos executivos quer da CDU quer do PS não têm tido nem capacidade nem vontade*



*para resolver este problema pelo que, tem que ser o Governo a criar uma solução. -----  
Com esta adesão. O PS assume a sua incapacidade para gerir os destinos do município. Pior  
que isso, vai condicionar negativamente o nível de vida dos borbenses e das empresas do  
nosso concelho, porque, entre outras, fica obrigado a fixar taxas máximas de IMI, Derrama, e,  
ao mesmo tempo, vai ter que aumentar, entre outros, o preço que cobra pela água,  
saneamento e resíduos sólidos. -----  
Manifestamos grande desconfiança na capacidade do atual executivo em cumprir o plano aqui  
apresentado: por um lado porque os maus hábitos de gestão estão muito muito enraizados, e,  
por outro, porque julgamos impossível que sejam arrecadadas as receitas aqui previstas. -----  
Ainda assim, esta adesão acaba por contribuir para o pagamento de dívidas a fornecedores, os  
quais, sem este instrumento, teriam que esperar muito tempo para verem liquidados os seus  
créditos. Por isso mesmo, o nosso sentido de voto é de ABSTENÇÃO, apesar de termos muitos  
motivos para criticar o desempenho da atual maioria. -----  
Esta adesão é a prova cabal de que são necessários novos protagonistas para gerir os destinos  
do nosso concelho, sob pena de não só não ser possível resolver estes problemas como, com  
esta forma de fazer política, contribuir para os agravar ainda mais. -----  
Borba, 3 de outubro de 2012 -----  
O Grupo Municipal do Partido Social Democrata. -----  
Outra, pelos eleitos da CDU, **(que se arquiva em pasta anexa como documento n.º3)**.-----  
"Os eleitos da CDU votaram contra esta proposta, que visa a contração de um empréstimo de  
cerca de 5,5 milhões de euros, a pagar em 20 anos, pelas seguintes razões: -----  
O município de Borba encontra-se numa situação de rutura financeira, com uma dívida a  
fornecedores de mais de 7 milhões de euros, com os serviços paralisados, com a intervenção  
no espaço público reduzida ao mínimo, tudo reflexo do acumular de decisões políticas  
desastrosas, irresponsáveis e não sustentáveis, para as quais fomos alertando ao longo dos  
últimos 11 anos. -----*



*Destacamos, pelo reconhecido peso que têm hoje na dívida municipal: -----*

*a) A adesão ao Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Águas e Saneamento; -----*

*b) A Adesão à Empresa EDC- Mármore, sem qualquer estudo de viabilidade económica que sustentasse essa adesão, bem como o conseqüente investimento feito nas diferentes estradas de acesso à Área de Deposição Comum (ADC) que se encontra sem funcionar; -----*

*c) A recuperação do antigo hospício, adquirindo ao anterior proprietário o edifício que ele já tinha doado, e recuperando-o sem um programa de utilização compatível com o investimento feito; -----*

*d) A construção do Pavilhão Multiuso, que de Multiusos nada tem, por valores exorbitantes, sem que tivessem garantidos os respetivos financiamentos; -----*

*e) O elevado investimento feito na Remodelação do Mercado Municipal, sem perspectivas de retorno; -----*

*O recurso ao PAEL tem como contrapartida a aplicação de um “Plano de Ajustamento Financeiro” que terá gravosas conseqüências para os munícipes, para os trabalhadores do município, para os agentes culturais, desportivos e sociais, para as juntas de freguesia e para o tecido empresarial do concelho, em particular para as micro, pequenas e médias empresas. --*

*Destacamos como particularmente gravoso, o facto do Município de Borba ficar obrigado, durante 20 anos, a fixar no máximo previsto da lei as taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) e a taxa da Derrama aplicável ao lucro tributável das empresas; a um brutal aumento do preço cobrado pelo saneamento, água e resíduos sólidos, e a cobrar 5% sobre o IRS dos munícipes, correspondente à participação variável dos municípios prevista na Lei das Finanças Locais. -----*

*Esta decisão comprometerá a autonomia do município de Borba para os próximos 20 anos, ou seja, para os próximos cinco mandatos autárquicos. -----*

*O recurso a este Programa não vem resolver a situação financeira criada pelos últimos 11 anos de gestão do Partido Socialista, não vem contribuir para injetar liquidez na economia local, vem*



*carregar sobre os municípios brutais aumentos de taxas e tarifas, em particular as da água, saneamento e resíduos, abre a porta a soluções de redução da despesa que podem passar pelo despedimento de trabalhadores e mata o princípio constitucional da autonomia do poder local.*  
*Borba, 3 de outubro de 2012 -----*

*Os eleitos da CDU". -----*

O Presidente da Assembleia Municipal leu a declaração de voto subscrita pela mesa da assembleia municipal e pelo senhor deputado António Proença, **(que se arquiva em pasta anexa como documento n.º4)** -----

*“As Autarquias Locais estão numa situação muito delicada em termos financeiros, não por terem feito despesas irresponsáveis, mas porque as suas receitas têm sido diminuídas drasticamente nos últimos anos. Com efeito, assiste-se a uma cada vez maior degradação da situação financeira dos Municípios, com a redução das receitas provenientes do Orçamento do Estado e com o decréscimo da cobrança de impostos locais, levando a uma cada vez maior divergência entre os ritmos de crescimento das receitas do Estado e o das receitas municipais, em prejuízo destas; Paralelamente, o Governo efetuou e pretende levar a efeito um conjunto significativo de mudanças com incidência nas Autarquias Locais, que se apoiam e excedem mesmo os compromissos assumidos no Programa de Assistência Económica e Financeira; --- A legislação que tem vindo a ser produzida pelo Governo e pela Assembleia da República, tendo por fundo a crise e as dificuldades que o país atravessa, demonstra uma permanente desconfiança para com o Poder Local e uma menorização dos eleitos locais, cuja legitimação, recorde-se, é regularmente sufragada através do voto direto e secreto;-----*

*Quer a Constituição da República Portuguesa (CRP) quer a Carta Europeia da Autonomia Local (CEAL), ratificada por Portugal, consagram a autonomia do Poder Local como princípio indispensável da consolidação e desenvolvimento do regime democrático; -----*

*Só há Poder Local quando as Autarquias Locais são verdadeiramente autónomas e têm um amplo grau de autonomia administrativa e financeira: isto é, quando forem suficientemente*



*largas as suas atribuições e competências, quando forem dotadas dos meios humanos e técnicos necessários, bem como dos recursos materiais suficientes para as prosseguir e exercer, e quando não forem controladas politicamente pelo Poder Central;-----*

*Quaisquer medidas, políticas ou legislativas, que não respeitem a autonomia e a dignidade dos Municípios ou que visem colocá-los numa posição de dependência administrativa e financeira face ao restante Estado, constituem violações à Constituição da República e à Carta Europeia da Autonomia Local;-----*

*Têm sido múltiplas as situações de desrespeito por parte do Estado Central para com as Autarquias Locais, colocando muitas vezes em causa a sua autonomia, desconsiderando, de tal forma, as obrigações constitucionais e os interesses próprios das populações respetivas. As Autarquias Locais não são dependências ou serviços do Estado Central, não fazem parte da sua Administração Direta ou Indireta, não podendo ser configuradas como instituições a quem a Administração Central possa dar ordens ou diretivas e exercer quaisquer poderes de superintendência, como parece ser a vontade dos muitos que com a sua prática política pretendem reduzir à menor expressão a autonomia das Autarquias Locais, intrometendo-se na sua atividade e cerceando a sua gestão em aspetos fundamentais;-----*

*A invocação de “razões de Estado” associadas a restrições e condicionantes económico-financeiras surgem para muitos como fatores legitimadores de soluções com impacto negativo na autonomia local, colocando as Autarquias Locais fora do sistema político-administrativo, como se se tratasse de entidades privadas assistidas pelo Estado;-----*

*Esta realidade insere-se num quadro de políticas centralizadoras que advogam a degradação ou a desvalorização da autonomia local, sendo as mesmas inadmissíveis;-----*

*Este Programa de Apoio á Economia Local é mais uma aspirina no problema Global que afeta todos os Municípios Portugueses, pois a diminuição das transferências do Estado, bem como a quebra acentuada de receitas, colocam muitos dos 308 em situações verdadeiramente complexas e de difícil resolução imediata; -----*



*Não conseguiremos no futuro manter este estado de coisas sem uma nova e clara Lei das Finanças Locais que permita aos municípios gerir e manter a sua atividade de Verdadeiro Ministério da Solidariedade Social, algo que nos dias de hoje é mais do que premente; ----- Entendendo que este PAEL não deixa contudo de ser uma excelente oportunidade para o nosso Concelho, não vamos discutir os critérios que levam à elegibilidade dos municípios, os técnicos farão com certeza essa parte, o que entendemos é que esta oportunidade permitirá equilibrar de forma imediata as contas do Município de Borba. ----- Que fique claro que a Adesão a este programa acarreta custos, para além do financeiro, e são esses custos que mais nos preocupam por um lado, a perda de alguma autonomia é um exemplo, mas que ao mesmo tempo terminará de vez com a velha questão dos orçamentos... veremos agora qual vai ser a guerra". ----- Borba, 3 de outubro de 2012----- A Mesa da Assembleia Municipal e o senhor deputado António Proença. -----*

**PONTO DOIS PONTO DOIS:** Remessa de Projeto de Regulamento do Mercado Municipal de Borba, para aprovação da Assembleia Municipal, depois de decorrido o período de discussão pública.

----- **O Presidente da Câmara Municipal** disse que o regulamento tinha seguido todos os trâmites legais. Não tinha havido nenhuma participação e estava ali, naquele momento, para aprovação. Disse que tinha sido uma tentativa de adaptação a uma nova legislação, e à nova realidade que era o mercado municipal. -----

----- **O Presidente da Assembleia Municipal** não havendo mais inscrições, colocou os documentos à votação, tendo os mesmos sido aprovados por maioria, com **13 votos a favor** (dos eleitos do PS) e **6 abstenções** (3 dos eleitos do PSD e 3 dos eleitos da CDU) ----- Seguidamente disse que tinham ficado umas questões por responder, colocadas por os eleitos do PSD. Pediu ao senhor deputado Nelson Gato que as fizesse chegar à mesa, para que aquela as pudesse fazer chegar ao chefe de divisão, para ele responder, ou então que o





deputado falasse com o senhor chefe de divisão, no final.-----  
Informou que iriam ser lidas, em voz alta, as duas minutas da ordem de trabalhos. -----  
As minutas foram aprovadas por unanimidade. -----  
Por não haver mais assuntos a tratar, o Presidente da Assembleia Municipal deu por  
encerrada a sessão. -----

### **O Presidente da Assembleia Municipal**

---

Jerónimo João Pereira Cavaco

### **O Primeiro Secretário**

---

Francisco José Ramalho Mendes

### **O Segundo Secretário**

---

Joaquim Manuel Ganito Trincheiras